

O PAPEL DO PROFESSOR E DA ESCOLA EM RELAÇÃO AO COMBATE DA DISCRIMINAÇÃO LINGUÍSTICA

Ana Caroline RATAICZYK – Centro Universitário Assis Gurgacz¹
Adriana da Silva BOEIRA – Centro Universitário Assis Gurgacz²

RESUMO: Este artigo busca refletir acerca das dificuldades e discriminações sofridas pelos alunos no ambiente escolar, em relação à diversidade linguística e ao preconceito linguístico. A intenção do estudo é demonstrar como os professores e as escolas trabalham juntos no intuito de amenizar essa problemática. O objetivo principal é analisar quais as metodologias e métodos que os professores e as escolas utilizam para desenvolver com os alunos em sala de aula e quais as dificuldades eles encontram ao trabalharem com esse assunto. Para o desenvolvimento do presente artigo foram realizadas pesquisas bibliográficas, buscou-se como fonte teórica estudiosos da área, como Marcos Bagno (1999) e Luiz Carlos Travaglia (2016) que mostram em seus livros, a necessidade de ser trabalhada com os alunos a diversidade linguística, bem como apontam de que forma ocorre o preconceito linguístico no contexto escolar, buscando assim, mostrar como tal temática pode ser discutida.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Linguística; Preconceito Linguístico; Contexto Escolar;

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a sociedade em que vivemos é de grande diversidade, por conta de seu amplo território nacional, adaptar-se com as diferenças é uma dificuldade que encontramos diariamente, conviver com algo diferente causa antipatia, repulsa e preconceito.

Muitos indivíduos do interior, devido ao convívio com a língua interiorana, inclinam-se para uma linguagem mais informal, conhecido como “linguajar caipira”, por motivo de baixo nível de escolaridade ou por falta de ocasião e oportunidade.

Entretanto, quando tais pessoas do interior entram em contato com pessoas do centro urbano, é possível reconhecer o contraste linguístico.

Um dos ambientes em que há uma maior ocorrência dessas situações é no contexto escolar, no qual frequentemente ocorre o preconceito linguístico, ou seja, a reprovação de linguagens que saem do padrão considerado culto, causar a

¹ Aluna do curso de graduação em Letras Português e Inglês, Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz 7º período. E-mail: acrataiczkyk@minha.fag.edu.br

² Professora Orientadora do curso de Letras Português e Inglês, Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz do 7º período. E-mail: adrianasilva@fag.edu.br

ridicularização do jeito de falar de algumas pessoas.

É a partir dessas reflexões que o presente estudo tem a intenção de indagar o que as escolas e os professores podem e devem fazer para reduzir a discriminação linguística dentro das salas de aula, assim como analisar a metodologia mais adequada a ser aplicada.

Referente às indagações pode-se dizer que é dever da escola, como um material de formação científica, humana e social informar os alunos sobre as diferentes variações linguísticas, visto que a maneira de falar, algumas vezes, tem relação com a cultura e tradição de cada região.

Já o professor deve ter em mente uma forma de mostrar para os alunos que mesmo tendo uma linguagem culta, existem várias outras manifestações linguísticas que são formadas dentro da cultura e dos costumes de onde cada um está inserido.

A discussão que será abordada neste estudo busca valorizar a língua, sendo possível mostrar como cada região se expressa de forma única e que suas diferenças são uma maneira de desenvolver a pluralidade cultural. O preconceito linguístico nas escolas, quando acontece, não contribui para um processo educacional democrático e faz com que os alunos se sintam excluídos, por achar que estão se comunicando errado.

Os principais objetivos são identificar quais são as dificuldades dos professores ao trabalharem com a variação linguística e o preconceito linguístico em sala de aula, compreender como a escola se posiciona em relação aos alunos que sofrem com o preconceito linguístico, especificar como são as metodologias utilizadas pelos professores para orientar os alunos sobre a temática.

O presente artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa para a abordagem do problema que segundo (Oliveira, 2020, p. 16) diz: “estudos qualitativos são importantes por proporcionar a relação entre teoria e prática, oferecendo ferramentas eficazes para a interpretação das questões educacionais”. Já para a definição dos objetivos foram realizadas pesquisas descritivas, em livros, artigos e sites educacionais. Por meio de leituras e análises de pesquisas foi possível perceber o quanto a variação linguística está presente na sociedade trazendo consigo o preconceito linguístico, buscando assim, solucionar alguns problemas com a

possibilidade de transformar a sociedade em que os alunos estão inseridos para que não sofram com esta problemática, ou, pelo menos, mudar as práticas.

2 VARIAÇÃO E PRECONCEITO LINGUÍSTICO

O Brasil, por ser um país de grande expansão territorial, é rico de cultura, costumes, hábitos e até mesmo da forma como se comunicam. E por isso segue o tradicionalismo, dificultando o reconhecimento de outras variações existentes e, por conta disso, acaba não explorando essa diversidade, deixando clara a necessidade de compreensão.

A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro. Finalmente: A cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, uma instituição atual e um produto do passado. (SAUSSURE, 2006, p. 15).

Dessa forma, a sociedade tem uma pluralidade linguística, que deve ser estudada ao máximo, dentro do ambiente familiar onde já estão inseridos e, principalmente, no contexto escolar, onde vão aprimorar seus conhecimentos que foram aprendidos na sociedade em que vivem. Pois, ao longo dos tempos a língua passou por mudanças, mas este processo não se relaciona apenas com a norma padrão se forem apenas considerados os falantes cultos, ela perde sua função principal que é a comunicação entre os seres humanos, quando acontece esse tipo de negação com a linguagem coloquial, sucessivamente, teria uma enorme exclusão social entre os brasileiros, por não serem considerados falantes da norma padrão.

Uma concepção de língua como a que propomos – a língua como atividade social, cujas normas evoluem segundo os mecanismos de autocorreção dos indivíduos e dos grupos em sua dinâmica histórica de interação entre si e com a realidade. (BAGNO, 2000, p. 32).

A prática da linguística deve ser bastante benevolente, focada nas questões do dia a dia, e atividades sociais a fim de analisar de fato a diversidade que existe no país, sem considerar a língua padrão como certa e a linguagem informal como errada, pois tal visão não existe, o que acontece de fato é a forma como a língua é falada.

A linguagem informal é indispensável em certas situações como em uma

conversa com amigos, com pessoas do mesmo ambiente de trabalho ou familiar. Desse modo, a informalidade encaixa-se com a linguagem coloquial sem que ocasione qualquer forma de discriminação.

Todos esses exemplos ilustram um fenômeno histórico-social bastante conhecido: o esforço dos detentores do poder de mostrar que tudo o que surge no seu meio social é intrinsecamente bom e válido e, por conseguinte, deve ser adotado como modelo ideal por todos os demais membros da sociedade (BAGNO, 2000, p. 29).

Desenvolvendo esse tipo de abordagem dentro da sala de aula, faz com que os alunos percebam a importância da norma sendo ela padrão ou não, assim não existiria a rejeição daqueles que não utilizam a norma padrão.

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a conhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não padrão (BAGNO, 2007, p. 18).

Afirmativa apresentada, comprova que o papel das instituições de ensino é apresentar para os alunos que existe a norma culta, porém não é a única, pois, existem outras variações linguísticas e eles têm que saber que não existe língua correta ou incorreta, e sim apenas a forma como se comunicam. Quando se trabalha com a língua outros assuntos também vem à tona, com isso, o objetivo principal do ensino da língua é fazer com que os indivíduos conheçam a riqueza na diversidade linguística.

A percepção de há uma variante linguística “certa” é tão equivocada em termos estritamente linguísticos como a ideia muito difundida de que há línguas superiores e línguas primitivas. Embora, obviamente, haja diferenças estruturais entre as línguas, não existe base científica para se afirmar que uma língua é intrinsecamente mais desenvolvida ou mais completa do que qualquer outra. (MAIA, 2006, p. 40).

Segundo o autor, fica claro que o preconceito linguístico são palavras bonitas

que servem para ocultar o preconceito social entre indivíduos que tem domínio na norma padrão, daqueles que falam de forma espontânea sem se importar com a norma. Ambos os dialetos têm valor e mesmo que o aluno se aproprie da linguagem formal, a norma padrão serve como ferramenta para engrandecer seu conhecimento e não para converter o modo de falar dos indivíduos, mas se faz necessário que haja uma adequação no modo de se comunicar de acordo com o ambiente no qual ele está inserido.

O grau dessa variação será maior em alguns domínios do que em outros. Por exemplo, no domínio do lar ou das atividades de lazer, observamos mais variação linguística do que na escola ou na igreja. Mas em todos eles há variação, porque é inerente à própria comunidade linguística. (BORTONI, 2004, p. 25).

Segundo a autora, a diversidade linguística vai acontecer em qualquer lugar onde os indivíduos estiverem, visto que a sociedade é vastamente heterogênea, e é por meio dessas oposições que a sociedade e a comunidade escolar vão se inovando e promovendo a aprendizagem dos alunos, cabendo a escola, neste momento, efetuar seu papel social, de mostrar que é na diversidade linguística que os seres humanos trocam experiências e aprendem realmente a importância.

É preciso dar um suporte aos educandos, de forma que ele não precise envergonhar-se ou até mesmo deixar de falar a linguagem coloquial, mas que ele, como sujeito da aprendizagem, deva saber usar a língua adequada as mais diversas situações de uso na qual se encontram.

Todavia, se se acredita que em diferentes tipos de situação tem-se ou deve-se usar a língua de modos variados, não há por que, ao realizar as atividades de ensino/aprendizagem da língua materna, insistir no trabalho apenas com uma das variedades, a norma culta, discutindo apenas suas características e buscando apenas o seu domínio em detrimento das outras formas de uso da língua que podem ser mais adequadas a determinadas situações (TRAVAGLIA, 2009, p. 41).

Dessa maneira, existem diferentes tipos de situações nas quais se faz necessário o uso das variações linguísticas, não tem sentido que a escola como espaço de aquisição do conhecimento deixe de lado o ensino da diversidade linguística, já que, em um ambiente educacional, deve-se englobar a pluralidade

dialetal existente, pois o educandário vai intervir em determinados momentos da realização dessa tarefa, não no sentido de trabalhar somente a norma culta, mas no fato de insistir na mescla da diversidade com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos educandos.

Qualquer avaliação da inteligência do aluno com base na desvalorização de seu dialeto (isto é, medida pelo domínio do padrão e/ou da escrita padrão) é cientificamente falha. Consequência: os alunos que falam dialetos desvalorizados são tão capazes quanto os que falam dialetos valorizados (embora as instituições não pensem assim). (POSSENTI, 2000, p. 35).

Em vista disso, praticar a discriminação com indivíduos que utilizam uma das variações é algo que deixa traumas, o preconceito linguístico, pois não é o jeito como falam que definem a capacidade dos alunos, pelo contrário, trabalhar com a pluralidade torna as aulas mais ricas, pelo fato de que o Brasil é um país com vários dialetos e se a diversidade for apresentada sem preconceitos, faz com que a aprendizagem seja mais eficiente.

2.1 O “NOVO” QUE NÃO É ACEITO PELA SOCIEDADE

A sociedade brasileira é considerada conservadora de alguns costumes e hábitos tradicionalistas, com isso, alguns indivíduos não aceitam outras formas de variações linguísticas existentes na sociedade.

A classe dominante utiliza a norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e por seu uso ser um sinal de prestígio. Nesse sentido, é comum que se atribua um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros. Esse preconceito não é de razão linguística, mas social. Por isso, um falante deve dominar as diversas variantes porque cada um tem seu lugar na comunicação cotidiana (RAMOS, 2011, p.12).

Para Ramos (2011), é de suma importância a norma padrão, e confirma que existem diferentes modos de se falar e escrever dependendo da forma como é utilizada. De fato, conforme o autor afirma precisa-se combater o pensamento que muitos ainda insistem em defender de que, o português proferido no Brasil, refere-se a uma língua uniforme. A uniformidade é confirmada por pessoas de várias posições,

historiadores, escritores e, especialmente, os gramáticos tradicionalistas.

Levando em consideração os costumes, tradições e culturas, a diversidade linguística ocorre de região para região, é presumível entender que a língua é viva, mudando sempre, no entanto, “uma língua que só apresenta um só estilo já não é uma língua viva” (BECHARA, 2009, p. 25), expressões e palavras que são utilizadas na sociedade nos dias de hoje, não eram utilizadas antigamente, a nova geração vem trazendo consigo novas expressões, mas também tendo conhecimento com o meio onde está inserido, com familiares que vieram de gerações diferentes, logo acontece a troca de informações que a diversidade dialetal concede.

A visão tradicionalista defende que o único dialeto correto no país é aquele que segue a norma padrão, demonstrando a falta de conhecimento diante da grande riqueza cultural e linguística da sociedade, contraditório ao fato de que os falantes aprendam naturalmente diferentes contextos de fala. Muitos intelectuais de grande aprendizado conservam a hipótese de uniformidade, onde pode ser analisado na fala de Ribeiro (2011, p.9):

É de assinalar que, apesar de feitos pela fusão de matrizes tão diferenciadas, os brasileiros são, hoje, um dos povos mais homogêneos linguisticamente e culturalmente e também um dos mais integrados socialmente da Terra.

Segundo o autor, a sociedade atual tem muitas culturas, costumes, ou seja, é uma sociedade inteiramente homogênea pela questão de várias culturas dentro de um só país.

2.2 A FORMA COMO TUDO SE UNIFORMIZA

Sabendo que toda língua sofre mudanças e que está sujeita a diversidade, infelizmente a visão de que o português falado no Brasil é uniforme continua. Esse pensamento que é defendido pelos gramáticos tradicionalistas que a forma como falam ou escrevem devem seguir a norma padrão e obedecer a gramática oficial, gera uma divergência que para Bagno se caracteriza como um modelo.

As gramáticas normativas tentam ser um molde. Só que o uso que se faz delas, em geral, é uma costura às avessas. Em vez de pegar o molde para, com ele, cortar o tecido e depois montar o vestido, os normativistas, e o ensino tradicional baseado neles, fazem o contrário: pegam um uso real e concreto de língua (um vestido já pronto) e vão medir e avaliar esse uso para ver se ele está de acordo com o molde preestabelecido. (BAGNO, 2014, p.160).

O meio desigual de rotular a língua, segundo Bagno (2014), é capaz de separá-la em duas formas; em um lado está língua desenvolvida pelos falantes, e em outro está o método da gramática normativa. Aquilo que sair em desavença com a forma padrão pode não ser ideal diante dos olhos tradicionais promovendo o preconceito linguístico. Portanto, considera-se certo o que está dentro da forma culta, e errado aquilo que não está proposto pela norma padrão.

O autor Bagno (2014), em uma de suas obras, volta-se para uma questão de suma importância que é o tripé para manter as leis exigidas pela gramática tradicional.

Ela representa no imaginário coletivo, a língua supostamente falada pelas camadas sociais de prestígio, que detêm o poder econômico e político no país. Essas classes privilegiadas veem na norma-padrão conservadora um elemento precioso de sua própria identidade, a maneira de falar marca uma diferença (e até uma rejeição) em relação à língua da plebe, da refomeia, à língua “vulgar” (BAGNO, 2014, p.172).

A normalização da língua é utilizada como instrumento para diferenciar os pilares sociais, todavia, é uma maneira de conservar o preconceito. Bagno (1998, p.09) compara, no seu livro Preconceito Linguístico: o que é como se faz: “A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi elaborado com o objetivo de apresentar como a sociedade, escolas e professores lidam com a diversidade linguística, a fim de dar o devido respeito ao ensino da língua portuguesa e mostrar a relevância de se trabalhar com as variações linguísticas que constituem a nação brasileira. Foi abordado

também, a questão do preconceito linguístico e quais os problemas causados tanto no ensino, quanto na discriminação às classes que não utilizam a norma padrão, defendida pelos tradicionalistas.

Portanto, espera-se que todos os profissionais que trabalham com a formação de indivíduos, apoiem um ensino democrático, sem discriminação e tendo como base os princípios de solidariedade, alteridade, equidade e respeito, não sendo apenas uma fantasia ou norma que é exigida em documentos fazendo-se necessário que seja feita sua aplicação na realidade. Sendo assim, haverá a democratização do ensino, sem discriminação e com a inclusão de todos.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira/Marcos Bagno**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Preconceito linguístico/Marcos Bagno**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **1961- Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística/Marcos Bagno**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **A língua de Eulália: novela sociolinguística/Marcos Bagno**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORTONI-Ricardo, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula** – Stella Maris Bortoni – Ricardo. – São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CAMPOS, Elísia Paixão de. **Por um novo ensino de gramática: orientações didáticas e sugestões de atividades/Elísia Paixão de Campos**. – Goiânia: Cênone Editorial, 2014.

MAIA, Marcos. **Manual de Linguística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem/Marcos Maia** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.



**2º Congresso
Internacional
de Humanidades**

4º Congresso Internacional de Educação

ISSN 2318-759X

Formação de Professores, Tecnologias, Inclusão e a Pesquisa Científica

06 a 09 de Junho de 2022



CENTRO
UNIVERSITÁRIO



POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola/Sírio Possenti** – Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. – São Paulo: Cultrix, 2006.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática/Luiz Carlos Travaglia**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.